

TRAJETÓRIAS, RESISTÊNCIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DITATORIAIS: TEMAS E ABORDAGENS*

Lívia Diana Rocha Magalhães
Gilneide de Oliveira Padre Lima
Marta Loula Dourado Viana

Introdução

Sabemos que, particularmente, entre os anos 2019 e 2022, no Brasil, passamos a viver uma atmosfera política tenebrosa marcada pela nostalgia de um passado ditatorial, na qual estruturas políticas e comunicacionais de várias naturezas foram orquestradas para revitalizar memórias coletivas sustentadas em marcos sociais conservadores e antidemocráticos em diversos âmbitos da vida política. Contrapondo-se a esse contexto, realizamos o Colóquio Temático “Memória e História: trajetórias sociais e resistência em contextos ditatoriais e autoritários”, apresentado no evento conjunto intitulado XIV Colóquio Nacional/VII Colóquio Internacional do Museu Pedagógico e XII Seminário Nacional/II Seminário Internacional do Histedbr e realizado em outubro de 2022. O evento propôs reunir pesquisadores(as) tanto do nosso grupo de pesquisa¹, como de outros que estivessem implicados e pudessem contribuir com o estudo e o debate sobre processos autoritários, ditaduras, resistência e transição democrática em âmbito público, social, educacional, no contexto brasileiro ou em outros. Agora, nossa intenção é realizar um breve balanço dos trabalhos e das abordagens que foram apresentadas no colóquio.

A maioria dos trabalhos (13) apresentados no colóquio discutiram temáticas diretamente relacionadas a contextos ditatoriais ou a processos de redemocratização no Brasil. Outros dois, versaram sobre outros países: Angola (1) e Cuba (1). Podemos destacar quatro eixos centrais de

* DOI - 10.29388/978-65-6070-055-0-0-f.104-118

¹ História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sociogeracionais – GHEMPE.

discussão: Memória e Educação; Memórias traumáticas, desaparecimento político, anistia; Movimento social (15+2) e Políticas Públicas; e História da Educação.

1. Os debates que se apoiam na memória social

As reflexões e análises que são apresentadas nos trabalhos que compõem este item nos remetem, inicialmente, a pesquisas sobre a memória social construída dentro da escola e da universidade no Brasil, mas também em Angola. Elas evidenciam discursos internalizados e constitutivos de memórias coletivas resultantes de políticas educacionais, de disciplinamento ideológico e de marcas da repressão estatal condicionadas por passados ditatoriais. Tratam também da construção de memórias dinâmicas que envolvem a destituição do sentido de um dado passado, como é o caso de Cuba. Em geral e em suas especificidades, os trabalhos se apoiam nas concepções de “marcos sociais” e de “memória coletiva” de Halbwachs (2004; 2006), em Jelin (2002) quando tratam das lutas de significados pela memória e em Ricoeur (2007) nas abordagens sobre disputas de memória.

1.1. Memória e Educação

Os textos intitulados *A linguagem cívica: um marco da memória educacional*, *Reforma do Ensino Médio: a negação da memória do debate sobre o 2º Grau (1980-1990)* e *Memórias em disputa: a ditadura militar em espaços digitais* apresentam um debate teórico sobre o passado da ideologia nacionalista, sobre políticas de educação e sobre a reprodução dessa memória no tempo presente.

No primeiro trabalho, *A linguagem cívica: um marco da memória educacional*, Alves (2022) discute as políticas nacionalistas no Brasil e a constituição de uma memória social aprendida e transmitida socialmente.

Diante desse objetivo, afirma a autora:

[...] escolas, como a Getúlio Vargas, que se organizam e se consolidam durante o Estado Novo, transitam por anos democráticos e se recompõem durante o regime ditatorial de 1964, continuarão modulando a realidade de uma sociedade, de uma escola, por meio de

uma memória apreendida, considerando o forte apelo dessas políticas mediante o uso, sobretudo, de recursos linguísticos de caráter ideológico; recursos que se tornam quadros de referências para as memórias individuais, sociais e coletivas vividas e recebidas, mantidas em suas modificações por meio de discursos e linguagens comuns que se perpetuam ao longo do tempo (Alves, 2022, p. 369).

A linguagem cívica, patriótica e religiosa (marcos sociais) foi identificada nas entrevistas com ex-alunos e ex-docentes que frequentaram a Escola Getúlio Vargas entre os anos de 1967 e 1971, e também entre professoras que tiveram suas trajetórias registradas na instituição durante as décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Vale ressaltar o cuidado da autora em considerar o espaço arquitetônico escolar, como também as entrelinhas da própria linguagem sobre esse lugar nas narrativas e nos documentos estudados, uma vez que “[...] a linguagem não está manifesta somente no que é dito ou no que foi escrito.” (Alves, 2022, p. 370). Embora a autora analise a linguagem cívica, patriótica e religiosa a partir de um recorte histórico amplo, ela conclui enfatizando que, mesmo com as mudanças políticas ao longo dos anos, “[...] as memórias e as ideologias construídas e apropriadas na época de inauguração da Escola atravessam seus marcos temporais, movimentam-se, sobretudo, por meio da linguagem e estruturam um modelo pedagógico para manter-se e perdurar.” (Alves, 2022, p. 371).

Em outra pesquisa, Mendes e Magalhães (2022) trabalham o tema a *Reforma do Ensino Médio: a negação da memória do debate sobre o 2º Grau (1980-1990)* tomando como base a recente Lei nº 13.415/2017, que foi imposta de maneira autoritária pelo governo de Michael Temer, após o golpe de 2016, desconsiderando os debates sobre o Ensino Médio brasileiro desenvolvidos a partir do contexto de redemocratização política. As autoras se apropriaram desse debate teórico-histórico sobre o Ensino Médio por meio da análise da produção intelectual de pesquisadores e pesquisadoras que atuaram na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) nos anos 1980, em especial, nos grupos de trabalho (GT) Educação de 2º Grau e Trabalho e Educação. Foi observado que, para se contrapor à reprodução das desigualdades da sociedade de classes no acesso e na formação do então ensino de 2º grau, por um lado por meio da profissionalização estreita imposta pela lei nº

5.692/1971 e, por outro, pela educação de caráter geral descolada do princípio educativo, os intelectuais da ANPEd construíram a defesa da concepção de uma educação politécnica, na qual fosse propiciado ao estudante “[...] conhecer o projeto de sociedade humanamente, dominar as tecnologias em sua área de atividade, conhecer métodos concretos da produção e sua relação com a sociedade” (Anped, 1988, p. 40).

A educação politécnica seria uma forma de superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. No entanto, contrariando o avanço discursivo em torno da formação no nível médio desenvolvido por intelectuais da ANPEd, a atual

[...] contrarreforma do ensino médio reitera o passado autoritário, recompondo, com novas determinações, a concepção reducionista, fragmentária, tecnicista e pragmática para a formação dos estudantes da Educação Básica”. Dessa forma, as autoras classificam como urgente a recuperação “da memória do debate sobre o 2º Grau, estabelecido nas décadas de 1980 e 1990, para contrapor a política educacional autoritária e excludente em andamento (Mendes; Magalhães, 2022, p. 2271).

Por sua vez, no texto intitulado *Memórias em disputa: a ditadura militar em espaços digitais*, de Santana e Magalhães (2022), as autoras trazem uma discussão sobre o artigo “Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar? Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64” (Brasil Paralelo, 2021), produzido pela empresa Brasil Paralelo. A escolha do material da Brasil Paralelo se deu pelo crescimento do grupo na internet e por sua ampla produção. Também motivou a escolha o fato de o grupo pretender oferecer ao público uma experiência de “entretenimento e educação” (Brasil Paralelo, 2021). Elas concluem que o material produzido pelo grupo se apoia

[...] na contraposição à produção historiográfica acadêmica como elemento basilar para sua autolegitimação. E, ao difundir uma releitura que busca justificar o golpe de 1964 e a ditadura militar, evidencia os usos político-ideológicos da história e da memória para um projeto de sociedade que, de algum modo, se identifica com esse passado recente (Santana; Magalhães, 2022, p. 1848).

A discussão realizada pelas autoras dentro dos estudos sobre a história da memória da ditadura militar difundida por meio da internet facilita o entendimento da importância do debate sobre o uso do recurso tecnológico para a disputa do ensino de história, especialmente para fins ideológicos-políticos.

1.2. Memórias traumáticas, desaparecimentos político e políticas de memória

Um segundo grupo de trabalhos apresentou as temáticas memória, traumas, desaparecimentos políticos, políticas de memória, entre outras abordagens correlacionais no contexto brasileiro. É o caso dos textos *Mulheres que perderam seus entes queridos: memória traumática e adoecimentos*, *Das lutas ao luto inconcluso: a trajetória social de Dinaelza Santana Coqueiro uma militante baiana que enfrentou a ditadura militar*, *A UNE no contexto da anistia: uma memória construída contra a ditadura militar* e *Permanência no poder antes e durante o processo de redemocratização: uma primeira aproximação da trajetória de José Sarney*.

Gumes (2022), no texto *Mulheres que perderam seus entes queridos: memória traumática e adoecimentos*, conclui que as dores e os sofrimentos vividos pelas mulheres que entrevistou, todos familiares de vítimas da ditadura militar, têm consequências na saúde delas no momento presente. Foram entrevistadas irmãs e filha de mortos e desaparecidos políticos. Para a autora, “[...] as atrocidades vividas estão incrustadas em seus seres, reverberando em forma de dores, ansiedade, adoecimentos, intranquilidades.” (Gumes, 2022, p. 1931). Os sofrimentos, as dores físicas e emocionais continuam afetando a vida dessas pessoas ainda nos dias atuais, depois de quase sessenta anos do golpe militar. Em seu relato de entrevista, a autora revela:

Percebemos que a carga emocional que permeia a narrativa das nossas entrevistadas perdura. A todo momento das entrevistas detectamos a voz embargada, uma respiração mais profunda, entrecortada com um suspiro, lágrimas, às vezes contidas, outras vezes não. Há a expressão do sofrimento. A memória da dor é constante, contínua e repercute de forma profunda na percepção subjetiva do sofrimento (Gumes, 2022, p. 1930).

Cavalcanti Junior e Lima (2022) também discutem o sofrimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos a partir das lentes das investigações que cada um realizou. A trajetória social de Dinaelza Coqueiro é apresentada no texto intitulado *Das lutas ao luto inconcluso: a trajetória social de Dinaelza Santana Coqueiro, uma militante baiana que enfrentou a Ditadura Militar*. Depois de esboçar de forma sucinta a trajetória da militante e a obstinada luta de seus familiares pelo seu corpo insepulto, os autores concluem que:

Dinaelza Coqueiro produziu e produz múltiplas memórias: mulher, militante, estudante, filha, irmã, dentre outras. As suas memórias ultrapassam o espaço privado, familiar e alcançam o espaço público, da memória da nação. Isso porque os seus familiares, como demais familiares dos mortos e desaparecidos políticos, impulsionados pelo dever de memória, travam diuturnamente a luta por verdade e justiça; e o fazem por meio da rememoração da sua vida, luta, morte e desaparecimento. Assim, buscar o corpo insepulto significa recuperação de memória. Memória enquanto processo de reconstrução, a partir do momento presente, de um passado violento e traumático (Cavalcanti Junior; Lima, 2022, p. 945).

Destacando a importância das ações de mulheres no processo de luta política e seu protagonismo frente à repressão que cerceava o país entre 1964 e 1985, o autor e a autora consideram que “[...] trazer Dinaelza Santana Coqueiro ao debate desse Colóquio é também contribuir para que sua trajetória e seus atos não sejam esquecidos.” (Cavalcanti; Lima, 2022, p. 946). E mais, evidenciam que debates dessa natureza contribuem com a luta dos familiares e lançam luzes sobre esse obscuro período da história do Brasil.

Falando de estudantes que enfrentaram a ditadura militar, Oliveira e Magalhães (2022) nos brindam com o texto *UNE no contexto da anistia: uma memória construída contra a ditadura militar*. Partindo de análise documental, evidenciam o lugar de resistência ocupado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita e também pela garantia do direito de anistia política aos estudantes pelo

decreto nº 477/1969². As autoras realizam a análise de documentos produzidos pela UNE entre os anos 1975 e 1979, que estão sob a guarda do Arquivo Nacional, e do volume 1 do livro “Anistia”, do senador Teotônio Vilela (1917-1983). Elas concluem, concordando com Jelin (2002), que, no campo da educação, a luta pela anistia se constitui numa arena de disputa de memórias. Nesse embate, a UNE, enquanto instituição de resistência, imprimiu a sua luta na memória da nação.

No trabalho de Santos e Magalhães (2022) é discutida a transição da ditadura militar e o início da redemocratização do Brasil, por meio da trajetória política de José Sarney. Com o título *Permanência no poder antes e durante o processo de redemocratização: uma primeira aproximação da trajetória de José Sarney*, o trabalho destaca que

[...] a longa trajetória política de José Sarney (de 1954 a 2013), incluindo sua condição de presidente da república (1985 a 1990), demonstra como a sua representação ao longo do tempo se ancora nas estruturas de poder, gerando a possibilidade de sua continuidade na vida política por muitos períodos, seja no período ditatorial ou democrático, com base no lugar político que sempre ocupou, conforme os recursos e condições oferecidas pelos marcos sociais de sua referência familiar, político-regional conservadora etc (Santos; Magalhães, 2022, p. 2487)

O autor e a autora deixam entrever que compreender a trajetória de José Sarney possibilita, de certo modo, pensar as múltiplas faces do processo de conciliação política que se unificam no processo de redemocratização do Brasil.

1.3. Ditadura e pós-ditadura em contextos específicos de outros países

Os dois trabalhos a seguir tratam dos contextos de Angola e Cuba e são intitulados, respectivamente, *O papel dos 15+2 na redemocratização angolana (2011-2019): memórias de lutas de um movimento social* e *Memoria social*

² Esse Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, ficou conhecido como “AI-5 das Universidades”, constituindo-se num dos instrumentos mais repressivos produzidos pelo regime militar, que tinha como principal objetivo reprimir a organização política dos estudantes.

y políticas públicas de atención a la mujer grávida: antes y después del triunfo de la revolución cubana.

O contexto da guerra civil angolana é apresentado no trabalho *O papel dos 15+2 na redemocratização angolana (2011-2019): memórias de lutas de um movimento social*, de autoria de Miguel e Magalhães (2022, p. 2225), com o objetivo de “[...] compreender a dinâmica da democratização angolana conduzida a partir dos movimentos sociais emergentes a partir do ano de 2011.”. Os autores chamam atenção para o fato de que “[...] a história de Angola é considerada inacabada e bastante contraditória.” (Miguel; Magalhães, 2022, p. 2225) em função de influências político-partidárias e de clichês ideológicos adotados por diferentes autores sociais, que fazem com que emerja diferentes versões: uma história do vencedor que se contrapõe às memórias dos marginalizados (Miguel; Magalhães, 2022, p. 2225).

Para eles, a pesquisa que está sendo desenvolvida tem permitido, por meio da articulação dialética entre memória e história, compreender o papel do movimento social 15+2.

Por meio do texto *Memoria social y políticas públicas de atención a la mujer grávida: antes y después del triunfo de la revolución cubana*, as autoras Pérez, Magalhães e García (2022) discutem a importância e as restrições sociais das políticas públicas de atenção às mulheres grávidas e aos recém-nascidos durante os governos ditatoriais de Batista (1940-1944- e 1952-1958). Discutem também o amplo acesso a essas e a outras políticas de saúde, desde o processo da revolução Cubana até os dias atuais.

Em síntese, a maioria dos trabalhos apresentados nos dois itens anteriores discute resultados de pesquisas sobre memória e políticas tomando como referência os conceitos de “quadros sociais da memória” e “memória coletiva” (Halbwachs, 2004; 2006) que envolvem a vida material e/ou simbólica na nossa ou em outras sociedades. Dentre outras abordagens, nos trabalhos são destacados os processos histórico-educacionais que dão sentido a políticas conservadoras e nacionalistas na escola; como essas políticas reverberam ideologicamente por meio dos usos da tecnologia em sua ampla gama de manifestações. Os textos também situam a inibição e o controle dos conflitos e das lutas sociais por meio da violência extrema, as políticas de memória e sua incapacidade de dar respostas e de enfrentar a relação passado-presente; assim como a

instauração de hegemonias políticas que transitam entre a ditadura e a redemocratização.

2. Os debates que se apoiam na História e na História da Educação em contextos ditatoriais

No texto *O caráter autoritário e conservador da Constituição de 1946: a educação na encruzilhada*, a autora Viana (2022) teve por objetivo analisar a defesa da educação pública, gratuita, universal e laica no debate constitucional de 1946, marcado pela participação do Partido Comunista do Brasil (PCB), representado por quinze parlamentares eleitos no processo de redemocratização política, bem como, contraditoriamente, pelo contexto autoritário e conservador da política nacional do governo Dutra.

A bancada comunista³ votou contra o projeto de constituição por conta da falta de separação completa entre o Estado e a Igreja, pela oferta do ensino religioso e pela falta da garantia do ensino gratuito. O ensino religioso foi instituído com predominância exclusiva da influência católica. Além disso, na Constituição de 1946, os níveis e as modalidades do ensino foram fatiados, fragmentados entre os estados brasileiros, acompanhando os interesses políticos e privados das classes dominantes nas diferentes regiões do país. A lei também não especificava a competência da oferta e nem a garantia de recursos, apenas afirmava que os recursos proviriam do respectivo Fundo Nacional, quando das deficiências locais. Desse modo, a universalização e a democratização do acesso ao ensino pela classe trabalhadora foram desprezadas pela lei e o caráter dualista da educação ofertada pelo Estado permaneceu.

Diante do intenso debate constitucional caracterizado pelo retrocesso democrático, por perseguições políticas, pela cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB e pelo recuo no campo educacional, a autora conclui que o

³ Foram eleitos os pecebistas Jorge Amado, Marighella, Maurício Grabóis, João Amazonas, Francisco Gomes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcêdo de Moraes Coutinho, Gregório Lourenço Bezerra, Abílio Fernandes, Claudino José da Silva, Henrique Cordeiro, Gervásio Gomes de Azevedo, José Maria Crispim e Oswaldo Pacheco da Silva. E Luís Carlos Prestes para o Senado. Seus mandatos foram cassados em 1947.

[...] período de efervescência democrática, entre os anos 1945-1947, caracterizou-se como intolerante. O violento silêncio imposto aos pecebistas, bem como as inúmeras tentativas de neutralizá-los obtiveram sucesso. As massas populares e classe trabalhadora conquistaram a escola primária estatal e pública que foi possível diante da conjuntura política de 1946. A institucionalização da escola primária na Constituição de 1946 não foi a concessão de um direito para o povo e sim uma forma de controlar a formação dos trabalhadores com um ensino limitado, dosado, mercantilizado e sem atenção merecida (Viana, 2022, p. 2062).

O texto intitulado *O movimento de educação de base em Sergipe (1961-1970)* apresentado por Gomes e Ferronato salienta a importância do Movimento de Educação de Base (MEB) para a História da Educação de Sergipe e do Nordeste, com fontes referentes ao movimento de educação encontradas no acervo do Centro de Memória Viva do MEB/Goiás. O autor e a autora destacam que, no final de 1950, Sergipe possuía cerca de 850.000 cidadãos, dos quais 70% não sabiam ler nem escrever. Destacam também que não havia escolas para a alfabetização de jovens e adultos. Diante da ausência de políticas educacionais realizadas pelo Estado e do número expressivo de analfabetos, a Igreja Católica criou as escolas radiofônicas. Em Sergipe, por exemplo, houve a criação da Rádio Cultura de Sergipe, em 1959, que, de modo geral, teve o objetivo de alfabetizar e, ao mesmo tempo, evangelizar. Citando Fávero (1983), é enfatizado que o MEB apresentou dois momentos: um, entre os anos de 1962 e 1963, caracterizado pela ruptura ideológica com a Igreja Católica, no qual o movimento assume características mais progressistas fundamentadas na Cultura Popular, baseando-se na cultura do povo, formada pelo povo e para o povo. Os autores destacam ainda que foi a partir dessa perspectiva que Paulo Freire se dedicou à construção da Pedagogia do Oprimido. O outro momento é marcado pelo Golpe Militar, em 1964, e pela dificuldade financeira enfrentada pelo MEB, pois o repasse de dinheiro do Governo Federal para a Coordenação do MEB Nacional era menor do que o esperado. Nesse momento, o MEB precisou seguir novos caminhos ideológicos. Houve maior envolvimento dos bispos e foi criada a Cartilha de Mutirão, com um caráter menos politizador e mais voltado às raízes de evangelização.

Apesar das contradições do Movimento de Educação de Base entre as perspectivas mais politizadas e a evangelização nos diferentes contextos históricos e políticos, “[...] as aulas transmitidas através da Rádio Cultura alfabetizaram e deram oportunidade a milhares de sergipanos finalizarem seus estudos.” (Gomes; Ferronato, 2022, p. 2217). Para além disso, “[...] o MEB também usufruiu e disseminou a Cultura Popular num período de inconsistência, política e econômica, do Brasil, onde foi possível ampliar a base eleitoral e desenvolver a criticidade de milhares de pessoas que aprenderam a questionar e a lutar por sua liberdade.” (Gomes; Ferronato, 2022, p. 2218).

As autoras Pereira, Moraes e Abrunhosa (2022) apresentaram o texto *Educação no Distrito Federal: desmonte, repressão e resistência (1964-1985)*, que se dividia em dois momentos históricos para fins comparativos. O primeiro momento antecede o golpe de 1964, é caracterizado pela política desenvolvimentista e de pela construção de uma educação democrática fundamentada nas concepções de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Além disso, “[...] a experiência de Brasília deveria servir de piloto para irradiar a proposta de Paulo Freire para o restante do país.” (Pereira; Moraes; Abrunhosa, 2022, p. 1146). O segundo momento se refere ao período após o golpe de 1964, que resultou na mais extensa das ditaduras militares da América Latina e que causou um forte impacto à incipiente construção da educação democrática.

Nas palavras conclusivas das autoras:

A educação básica foi sendo, gradativamente, descaracterizada em suas bases teóricas e seu funcionamento. O caráter eminentemente democrático da proposta, centrada no aluno, integrando as várias áreas do conhecimento e da prática humanas, e acontecendo de forma integral, em tempo e espaço, que visava a formação do homem em todas as dimensões, foi dando lugar à concepção de educação de caráter tecnicista e conteudista (Pereira; Moraes; Abrunhosa, 2022, p. 1148).

Desse modo, as autoras destacam o caráter nefasto da Ditadura Militar para a educação do Distrito Federal, com a descaracterização da proposta inovadora de educação que vinha sendo implementada.

Os trabalhos apresentados, sem perder o fio condutor da relação entre História e História da Educação, colocam em evidência o significado

das concepções de educação, principalmente, em tempos de reconstrução democrática ou de seu condicionamento e controle ditatorial.

A título de conclusão

Os trabalhos desenvolvidos e apresentados pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores que participaram do colóquio temático anunciado envolvem discussões fundamentais vinculadas a processos autoritários, à repressão política, a memórias de violações de direitos, mas também a outras instâncias que envolvem as lutas pelas políticas de memória no Brasil. Um primeiro eixo reúne trabalhos focados na ênfase da dimensão social e coletiva de memórias educacionais e políticas de um passado que se translada ao presente e trabalhos que colocam em evidência que ainda há uma grande demanda por justiça. O segundo eixo apresenta trabalhos que se preocupam com memórias associadas a situações de resistências, ao autoritarismo político em Angola e à experiência histórica de Cuba, no que se refere ao redimensionamento de uma de suas políticas de saúde. O terceiro eixo nos instiga a pensar a especificidade de projetos educacionais emancipatórios que, em tempos autoritários e ditatoriais, passam a ser destituídos de sentido.

Foram apresentados estudos sobre temas políticos, educacionais, sociais; sobre violência, conflitos e resistência que envolvem estados autoritários em contraposição à estados de direito, cujos passados ainda estamos estudando. Trabalhos que foram apresentados num momento em que o ataque ao Estado Democrático Brasileiro se fazia evidente. Destarte, ficou claro que, apesar das circunstâncias adversas, os grupos de pesquisa e pesquisadores no campo da Memória e da História da Educação que analisam processos autoritários e ditatoriais continuaram desenvolvendo seus trabalhos, evidenciando que processos autoritários e ditatoriais não podem parar de ser desvelados. Ditadura nunca mais!

Referências

ALVES, T. M. A linguagem cívica: um marco da memória educacional. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL,

2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022.

ANPED. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **Em Direção às Novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2-3, abr./set., 1988.

BRASIL PARALELO. **Ditadura Militar no Brasil ou Regime Militar?** Entenda definitivamente como foi o Golpe de 64. **Brasil Paralelo** 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/ditadura-militar-no-brasil>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAVALCANTI JR., A. A.; LIMA, G. de O. P. Das lutas ao luto inconcluso: a trajetória social de Dinaelza Santana Coqueiro uma militante baiana que enfrentou a ditadura militar. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 942-947.

FÁVERO, O. **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GOMES, B.; FERRONATO C. O movimento de educação de base em Sergipe (1961-1970). *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 213-219.

GUMES, G. C. F. Mulheres que perderam seus entes queridos: memória traumática e adoecimentos. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 932-936.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MENDES, S. R.; MAGALHÃES, L. D. R. Reforma do Ensino Médio: a negação da memória do debate sobre o 2º Grau (1980-1990) *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022, p. 2667-2671.

MIGUEL, O. A.; MAGALHÃES, L. D. R. O papel dos 15+2 na redemocratização angolana (2011-2019): memórias de lutas de um movimento social. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 2225-2229.

OLIVEIRA, I. V. A.; MAGALHÃES, L. D. R. A UNE no contexto da anistia: uma memória construída contra a ditadura militar. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 561-565.

PEREIRA, E. W.; MORAES, R.; ABRUNHOSA, A. Educação no Distrito Federal: desmonte, repressão e resistência (1964-1985). *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista. **Anais** [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 143-149.

PÉREZ, B. B.; MAGALHÃES, L. D. R.; GARCÍA, J. J. P. Memoria social y políticas públicas de atención a la mujer grávida: antes y después del triunfo de la revolución cubana. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.;

INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista.
Anais [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 1805-1808.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTOS, A. R. dos; MAGALHÃES, L. D. R. Permanência no poder antes e durante o processo de redemocratização: uma primeira aproximação da trajetória de José Sarney. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista.
Anais [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 2485-2489.

SANTANA, E. S.; MAGALHÃES, L. D. R. Memórias em disputa: a ditadura militar em espaços digitais. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista.
Anais [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 1845-1849.

VIANA, M. L. D. O caráter autoritário e conservador da Constituição de 1946: a educação na encruzilhada. *In*: COLÓQUIO NACIONAL, 14.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DO MUSEU PEDAGÓGICO/UESB, 7.; SEMINÁRIO NACIONAL, 2.; INTERNACIONAL DO HISTEDBR, 2., 2022, Vitória da Conquista.
Anais [...] Vitória da Conquista: UESB, 2022. p. 62-67.